

A DINÂMICA DO COMANDO VERMELHO NO AMAZONAS: HISTÓRIA E ESTRATÉGIAS DE CONTROLE TERRITORIAL

THE DYNAMICS OF THE RED COMMAND IN AMAZONAS: HISTORY AND TERRITORIAL CONTROL STRATEGIES

Evanilson Pereira Lima¹

Lucas Maciel Aguiar²

Carliene de Souza Santos Aguiar³

Denison Melo de Aguiar⁴

Flávio Humberto Pascarelli Lopes⁵

Bruno Patrício de Azevedo Campos⁶

Vando Alves de Souza⁷

RESUMO: O presente artigo analisa o processo de consolidação da facção criminosa Comando Vermelho (CV) no estado do Amazonas, investigando as estratégias de governança e controle territorial adotadas para assegurar a hegemonia na região. A metodologia utilizada é a pesquisa qualitativa e bibliográfica, fundamentada na análise de discurso da produção científica contemporânea sobre o tema. O estudo examina como os autores selecionados constroem a narrativa da ruptura histórica com a Família do Norte (FDN) e interpretam a implementação de um modelo organizacional análogo a "franquias". Os resultados indicam que o discurso acadêmico e de segurança pública refuta a ideia de caos criminal, apontando para uma governança em rede que instrumentaliza a violência e coopta grupos locais. Conclui-se que a discursividade sobre a atuação do CV revela um "ecossistema de ilegalidades" que transcende o narcotráfico, impondo vulnerabilidades severas às populações amazônidas.

Palavras-chave: Facções Criminosas. Comando Vermelho. Amazonas. Governança Criminal. Segurança Pública.

¹Cadete da Policial Militar do Amazonas, Graduando em Bacharel em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade Estadual do Amazonas; Graduando em Bacharelado em Direito pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Especialista em Segurança Pública e Cidadania pela Claretiano.

²Cadete da Policial Militar do Amazonas, Graduando em Bacharel em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade Estadual do Amazonas; Especialista em Inteligência Policial pela Faculdade de Minas (FACUMINAS), Graduado em Gestão Pública pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Servidor pública da área de segurança. Aluno Oficial da Polícia Militar do Amazonas.

³Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Roraima (PPGE/UERR). Graduada em Pedagogia pela Faculdade Única de Ipatinga (FUNIP). Graduada em Administração pela Faculdade Roraimense de Ensino Superior (FARES/RR). Graduada em Educação Física pelo Instituto Federal de Roraima (IFRR). Servidora pública da área de segurança, Policial Penal. Atua na Secretaria de Estado da Administração Penitenciária do Amazonas (SEAP-AM). Pedagoga da Escola de Administração Penitenciária (ESAP-AM). Chefe do Núcleo de Educação e Serviços Penais (NESP/ESAP).

⁴Pós-Doutor UniSalento (Itália-2024), Doutor em Direito. Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA).

⁵Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

⁶Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade La Salle de Manaus – UNILASSALE, E em MBA em Gestão Estratégica da Administração Pública pela Faculdade Descomplica – DESCOMPLICA. Graduado em Direito pela Escola Superior Batista do Amazonas – ESBAM. Chefe do Estado Maior Geral e Coronel da Polícia Militar do Amazonas – PMAM.

⁷Bacharel em Segurança Pública (UEA) E Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas.

ABSTRACT: This article analyzes the consolidation process of the Comando Vermelho (CV) criminal faction in the state of Amazonas, investigating the governance and territorial control strategies adopted to ensure hegemony in the region. The methodology used is qualitative and bibliographic research, based on the discourse analysis of contemporary scientific production on the subject. The study examines how the selected authors construct the narrative of the historical rupture with the Família do Norte (FDN) and interpret the implementation of an organizational model analogous to "franchises". The results indicate that the academic and public security discourse refutes the idea of criminal chaos, pointing to a network governance that instrumentalizes violence and co-opts local groups. It is concluded that the discourse on the CV's actions reveals an "ecosystem of illegalities" that transcends drug trafficking, imposing severe vulnerabilities on Amazonian populations.

Keywords: Criminal Factions. Red Command. Amazonas. Criminal Governance. Public Security.

INTRODUÇÃO

A compreensão da segurança pública no Brasil contemporâneo exige, invariavelmente, um olhar detido e crítico sobre a Região Norte. Historicamente percebida pelo poder central apenas como um vazio demográfico ou uma reserva de recursos naturais, a Amazônia converteu-se, na segunda década do século XXI, no epicentro de uma disputa geopolítica do crime organizado. A floresta, com seus rios caudalosos e fronteiras porosas, deixou de ser apenas um obstáculo geográfico para se transformar em um ativo logístico disputado por facções de alcance nacional e transnacional.

2

Nesse contexto, a dinâmica criminal na região amazônica transcendeu sua histórica função logística para se converter em um teatro de guerra por hegemonia. Essa escalada de violência não é um fenômeno isolado; segundo a análise de Albuquerque *et al.*, ela é o reflexo direto de uma disputa territorial acirrada, provocada pela recente expansão das operações do Comando Vermelho (CV) e do Primeiro Comando da Capital (PCC) para a região Amazônica. Diante desse cenário de importação de conflitos, este estudo analisa como o CV reconfigurou a segurança pública no Amazonas ao impor estratégias de controle distintas, baseadas no domínio físico, bélico e simbólico de rotas e bairros. Para compreender a profundidade dessa "colonização criminal", o objeto desta pesquisa concentra-se na análise dos mecanismos organizacionais que permitem a essa facção projetar poder a partir do Sudeste para a região Norte.

O problema central que orienta esta investigação reside na indagação sobre como o Comando Vermelho logrou consolidar sua hegemonia no Amazonas e quais mecanismos organizacionais são utilizados para assegurar o domínio sobre territórios estratégicos e rotas de tráfico? A hipótese que se sustenta é a de que a consolidação dessa facção não ocorreu de forma

aleatória, mas através da implementação de uma estratégia de "expansão de franquias" aliada a uma tática bélica de extermínio de rivais. Supõe-se que a organização cooptou dissidências locais e impôs um modelo de governança corporativa que transcende o narcotráfico, criando um ecossistema de ilegalidades que desafia a soberania estatal.

A presente pesquisa justifica-se pela urgência de compreender as especificidades do domínio territorial do Comando Vermelho na região Norte, superando análises genéricas para focar na realidade local. A relevância do trabalho sustenta-se em três pilares fundamentais. Primeiramente, a relevância acadêmica, pois o fenômeno das facções locais desafia os paradigmas jurídicos clássicos e as teorias de segurança, tornando vital que as instituições amazônidas desenvolvam competência analítica para compreender a "governança criminal" que afronta a soberania estatal. Em segundo lugar, a relevância científica, contribuindo para a grande área da Segurança Pública e Ciências Criminais ao preencher uma lacuna sobre a adaptação de modelos de governança criminal exógenos na Amazônia, inovando ao aplicar a teoria das "franquias do crime". Por fim, a relevância social, descrevendo motivos cruciais para a sociedade amazônida, uma vez que a disputa territorial protagonizada pelo Comando Vermelho impacta diretamente a sobrevivência de populações vulneráveis, tornando a violência na região sistemática e seletiva.

3

O objetivo geral deste artigo é analisar o processo histórico de consolidação do Comando Vermelho no estado do Amazonas e as estratégias de governança adotadas para o controle territorial e das rotas de narcotráfico. Para tanto, buscar-se-á descrever a trajetória histórica da chegada da facção, identificar o modelo de "governança em rede" utilizado e verificar os impactos dessa hegemonia na escalada da violência letal e no aprofundamento da vulnerabilidade social.

Para fins de organização didática e metodológica, o presente artigo estrutura-se em três eixos de análise no seu desenvolvimento, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção do desenvolvimento dedica-se a reconstituir a trajetória histórica do Comando Vermelho no Amazonas, analisando a ruptura com a Família do Norte sob a ótica da disputa territorial. A segunda seção aprofunda-se nas estratégias de governança, examinando a aplicação do modelo de "franquias" e a gestão em rede como diferenciais competitivos da facção. A terceira e última seção do desenvolvimento investiga os impactos sociais dessa hegemonia, focando na letalidade da violência e na formação de um "ecossistema de ilegalidades" que agrava a vulnerabilidade das populações locais. Por fim, apresentam-se as considerações finais,

retomando os objetivos propostos e a validação da hipótese de pesquisa.

2. A CONSTRUÇÃO NARRATIVA DA TRAJETÓRIA DO CV E O CONFLITO COM A FDN

A análise da geografia criminal na Amazônia contemporânea exige, preliminarmente, o abandono de concepções simplistas que enxergam a região apenas como um vazio demográfico ou um mero corredor de passagem. A literatura especializada, submetida aqui à análise de discurso, revela uma mudança paradigmática na interpretação desse território. Couto (2023), ao examinar as dinâmicas espaciais do narcotráfico, propõe que a Amazônia sofreu uma ressignificação radical: de rota logística secundária, tornou-se o epicentro de disputas globais. Essa construção textual sugere que o território amazônico não é mais um cenário passivo, mas um ator central, cuja complexidade hidrográfica e fronteiriça dita as regras do jogo geopolítico do crime.

Para compreender a magnitude dessa transformação e a hegemonia atual do Comando Vermelho (CV), é imperativo revisitar a gênese histórica da organização, buscando nas suas raízes os elementos que explicam sua resiliência e capacidade de expansão. Rosa (2024) recupera a narrativa fundadora da facção na década de 1970, situando-a no presídio de Ilha Grande, no Rio de Janeiro. A historicidade desse momento não é apenas um detalhe cronológico, mas a chave para entender a "cultura organizacional" do grupo. O autor descreve o ambiente de surgimento da seguinte forma:

O Comando Vermelho – CVRL surgiu exatamente na década 1970, no presídio Cândido Mendes, de Ilha Grande, em Angra dos Reis, Rio de Janeiro, local que era tido como um lugar de castigos aos detidos. [...] O cenário era de extrema desordem por conta da superlotação e da falta de estrutura. Os presos se juntavam em grupos e subjugavam os mais fracos. Estupros coletivos eram constantes, somado a todo tipo de violação corporal, era o verdadeiro inferno cercado por águas a tal Ilha Grande. (Rosa, 2024, p. 17).

Essa origem traumática, forjada na resistência contra a violência estatal e a desordem carcerária, criou uma identidade coletiva baseada na solidariedade interna e no enfrentamento ao Estado. Rosa (2024) destaca que, diante daquele "inferno cercado por águas", os detentos enquadrados na Lei de Segurança Nacional se organizaram para a autodefesa, sob o lema de "paz, justiça e liberdade". Essa retórica, nascida nos porões da ditadura militar, foi transplantada e ressignificada décadas depois nas prisões do Norte do Brasil, servindo como ferramenta ideológica para cooptar a massa carcerária amazonense.

No entanto, a chegada efetiva e a consolidação do CV no Amazonas não ocorreram por osmose, mas foram precipitadas por eventos macroestruturais do crime transnacional. A análise

de discurso de Souza *et al.* (2025) constrói a imagem do Comando Vermelho não como um bando desordenado, mas como um agente racional dotado de "capacidade de adaptação e estratégia". A narrativa desses autores rompe com a visão do criminoso comum, atribuindo à facção características de inteligência corporativa e geopolítica.

O ponto de inflexão dessa trajetória, conforme a literatura, foi o assassinato de Jorge Rafaat Toumani em 2016, na fronteira Brasil-Paraguai. Rosa (2024) descreve esse evento com riqueza de detalhes, evidenciando o poder bélico envolvido, o uso de uma metralhadora antiaérea .50, e o significado político do ato. A morte do "Rei da Fronteira" representou o fim do equilíbrio de poder no Sul e a ascensão do monopólio do Primeiro Comando da Capital (PCC) naquela região. Bloqueado no Paraguai, o CV viu-se compelido a migrar seus interesses estratégicos para a Rota do Solimões.

Souza *et al.* (2025) narram que a estratégia adotada pelo Comando Vermelho não visava apenas a sobrevivência, mas a mais ampla dominação territorial e o controle absoluto das atividades criminosas na região. Nesse contexto, a ruptura com a Família do Norte (FDN), antiga aliada local, é descrita pelos autores não como um incidente isolado, mas como uma necessidade pragmática e calculada. Para assegurar o monopólio da nova rota de escoamento de drogas, tornou-se imperativo para a facção fluminense eliminar qualquer dependência de parceiros locais, transformando antigos aliados em obstáculos a serem removidos para a consolidação de sua soberania na Amazônia.

O discurso acadêmico sobre o desfecho desse conflito é taxativo quanto à eficiência da manobra militar e política empreendida. A ação foi cirúrgica ao redesenhar o tabuleiro do crime no Norte, neutralizando simultaneamente duas grandes ameaças. Conforme atestam Souza *et al.* (2025, p. 10), o êxito dessa ofensiva foi determinante, uma vez que "o plano executado pelo Comando Vermelho (CV) tirou o PCC da jogada em 2017 e enfraqueceu a hegemonia da FDN na região", consolidando assim um novo ciclo de poder hegemônico.

Essa reconfiguração de forças não ocorreu de forma aleatória. A eficácia do plano do CV reside justamente na sua plasticidade organizacional e na habilidade de reavaliar alianças táticas conforme a conveniência geopolítica. Os autores destacam que a facção não opera de forma estática; a antiga parceria com a FDN, vital em um primeiro momento, foi descartada assim que o CV acumulou capital bélico e logístico suficiente para pleitear a hegemonia solitária. É essa inteligência corporativa que sustenta a expansão, conforme corroborado pela análise da trajetória da facção:

O CV demonstrou capacidade de adaptação e estratégia, fortaleceu sua influência para fora do Rio de Janeiro, formando alianças importantes com outras organizações criminosas em diferentes regiões do país. Antes do assassinato de Jorge Rifaat, em junho de 2016, o CV administrava parcerias com a FDN. (Souza *et al.*, 2025, p. 8).

A forma como essa substituição de poder ocorreu revela, na discursividade dos autores analisados, a natureza distinta da "política" implementada pelo Comando Vermelho. Enquanto a literatura descreve o Primeiro Comando da Capital (PCC) através de uma abordagem empresarial, focada na descrição e na diplomacia do crime para maximizar lucros, o CV é retratado como portador de uma lógica de guerra aberta e espetacularizada. Souza *et al.* (2025) mobilizam um vocabulário de forte impacto, utilizando termos como "mortes brutais", "rachas" e "guerras internas" para qualificar essa expansão. A Análise de Discurso evidencia que essas escolhas lexicais não são gratuitas; elas demonstram que, para o CV, a violência opera como uma linguagem política e uma ferramenta de marketing do terror. O objetivo não é apenas eliminar o rival, mas enviar uma mensagem pedagógica de crueldade para reconfigurar o mapa do crime e subjugar populações através do pânico.

Essa tática de "terrorismo de marca" é confirmada historicamente pelos eventos traumáticos no sistema carcerário. A barbárie não foi um acidente de percurso, mas um método de gestão importado do Rio de Janeiro e aplicado sistematicamente para quebrar a resistência local. Conforme destacam os pesquisadores:

O método utilizado pelo CV mortes brutais, rachas, guerras internas e rebeliões em presídios, foi adotado nas rebeliões de 2017 e 2019 nos presídios do Amazonas. (Souza *et al.*, 2025, p. 7).

Consequentemente, a trajetória do CV no Amazonas é narrada na literatura científica contemporânea como um processo de colonização violenta. Esse movimento é descrito como uma resposta pragmática a pressões geopolíticas externas — notadamente o bloqueio na fronteira paraguaia após a morte de Rifaat, e encontrou terreno fértil na fragilidade institucional da segurança pública local. O discurso acadêmico reconhece que esse processo culminou em uma posição de domínio quase absoluto, mas alerta para a natureza instável desse controle, que demanda vigilância armada constante.

Atualmente, o Comando Vermelho (CV) é amplamente reconhecido como a facção hegemônica no estado, o que gera um tipo de violência mais voltada à manutenção do poder. (Corrêa Júnior *et al.*, 2025, p. 6).

Dessa forma, a análise discursiva aponta que a hegemonia alcançada não resultou em estabilidade, mas na institucionalização de uma violência instrumental. O "poder" mencionado pelos autores não é estático; ele exige uma renovação constante dos atos de barbárie para ser mantido. A violência deixa de ser apenas uma ferramenta de conquista territorial para se tornar

a própria linguagem administrativa da facção. Esse cenário de domínio total é confirmado empiricamente por Albuquerque *et al.* (2025), que descrevem a ocupação física e a tática de extermínio como pilares da atual governança:

Correlacionando esses achados com os territórios conhecidos de atuação do Comando Vermelho (CV) em Manaus, a literatura destaca que o CV se estabeleceu como maioria absoluta em Manaus, exercendo influência em bairros periféricos e utilizando táticas de poder paralelo, incluindo execuções de grupos rivais. (Albuquerque *et al.*, 2025, p. 11)

Diante desse quadro, torna-se evidente que a consolidação do Comando Vermelho na região não representa apenas uma troca de guarda entre grupos criminosos, mas a instauração de uma nova ordem sociopolítica nos territórios dominados. A "influência em bairros periféricos" e as "táticas de poder paralelo" descritas pelos autores demonstram que a facção superou a fase de disputa aberta para alcançar um estágio de governança de fato. Nesse cenário, a violência extrema deixa de ser um recurso de emergência para se converter na norma reguladora do cotidiano, consolidando um estado de exceção onde a soberania estatal é continuamente desafiada e substituída pela gestão do medo.

3. A DISCURSIVIDADE SOBRE A GOVERNANÇA EM REDE E AS "FRANQUIAS DO CRIME"

A consolidação do Comando Vermelho no Amazonas não pode ser explicada apenas pela força bruta. A perenidade de sua hegemonia sugere a existência de uma estrutura administrativa e logística sofisticada. A análise da obra de Sales *et al.* (2025) é fundamental para compreender essa nova semântica do crime organizado. Os autores introduzem e legitimam o conceito de "franquias", transportando um termo clássico do mercado legal capitalista para explicar o funcionamento do ilícito. Essa escolha discursiva não é inocente; ela serve para racionalizar a eficiência da expansão do CV, sugerindo que a facção opera com métodos de gestão modernos.

Ao adotar o modelo de franquias, o CV resolve, na narrativa dos pesquisadores, o complexo problema da distância geográfica entre o Rio de Janeiro e a Amazônia. A facção é descrita como uma organização que "aluga" seus ativos intangíveis — sua marca, sua reputação de terror e seu *know-how* bélico — para criminosos locais. Estes, em troca, garantem lealdade e o repasse financeiro, mantendo, contudo, uma autonomia operacional na ponta. Sales *et al.* (2025) argumentam que esse modelo flexível é a chave explicativa para a capilaridade do grupo, permitindo que ele se faça presente em locais onde jamais conseguiria deslocar "gerentes"

próprios. O discurso dos autores utiliza uma terminologia empresarial para legitimar a eficiência dessa estrutura:

A expansão territorial dessas facções demonstra um modelo análogo a franquias empresariais, caracterizado pela dependência logística de grupos menores, o que garante capilaridade e controle indireto de vastas áreas. (Sales *et al.*, 2025, p. 5554).

Esse sistema de governança, contudo, é profundamente moldado e condicionado pelas características materiais do território amazônico. A "governança" descrita pela literatura não ocorre no vácuo abstrato, mas sobre uma base geográfica específica e hostil. A análise da obra de Rosa (2024) traz uma contribuição essencial ao descrever a Rota do Solimões não apenas como um caminho logístico, mas como uma infraestrutura natural complexa que atua como um filtro, selecionando os atores capazes de operar nela. No discurso do autor, a densa floresta tropical, o regime de chuvas e a labiríntica rede hidrográfica deixam de ser paisagens para se tornarem barreiras intransponíveis para quem não detém o saber local, conferindo vantagem tática a quem domina os códigos da floresta.

A principal via de transporte ao longo da rota do Solimões é o sistema fluvial. Os rios servem como uma rede de transporte vital para o tráfico de drogas, permitindo o transporte de grandes quantidades de entorpecentes em barcos, lanchas e outras embarcações. Além disso, a região também possui estradas precárias e rotas clandestinas que conectam áreas remotas da floresta, facilitando o transporte terrestre de drogas. (Rosa, 2024, p. 20).

Nesse contexto geográfico, a estratégia de "franquia" torna-se ainda mais vital e sofisticada. O CV precisa imperativamente do ribeirinho, do barqueiro e do indígena cooptado, pois são eles os detentores da tecnologia de navegação e do conhecimento dos "furos" da mata. O discurso de Rosa (2024) reforça que a dificuldade de acesso joga, paradoxalmente, a favor do crime organizado, criando zonas de opacidade territorial onde a vigilância estatal se torna inoperante. A geografia, portanto, é narrada como uma aliada estratégica da facção, proporcionando um manto de invisibilidade que protege os fluxos ilícitos.

A rota do Solimões só é uma das principais rotas de tráfico de drogas na América do Sul, por força de suas características geográficas, climáticas e estruturais. Sua geografia é caracterizada por uma vasta região de floresta tropical na Bacia Amazônica, com uma rede complexa de rios, incluindo o Rio Solimões, que é um dos principais afluentes do Rio Amazonas. (Rosa, 2024, p. 20).

Avançando na análise organizacional, o discurso científico de Sales *et al.* (2025) dedica-se a refutar explicitamente a "noção de operação caótica" frequentemente atribuída ao crime na região. Há um esforço analítico evidente para demonstrar que, por trás da violência aparente, existe uma ordem estrita e racionalizada. Ao utilizarem o termo "governança em rede", os autores elevam o status da facção, equiparando-a semanticamente a estruturas corporativas transnacionais complexas. A análise desse discurso permite inferir que, para a academia

contemporânea, o enfrentamento ao CV exige uma mudança de paradigma: não basta o policiamento ostensivo tradicional; é necessária inteligência financeira e sistêmica para desarticular redes de negócios que operam com eficiência empresarial.

Para além da dimensão meramente econômica, essa governança criminal se materializa na dimensão espacial através da imposição de fronteiras invisíveis, porém socialmente intransponíveis. Essas demarcações retalham o tecido urbano de Manaus e as comunidades ribeirinhas, subvertendo a lógica do direito constitucional de ir e vir. O medo, instaurado pela ostensividade do aparato armado, redesenha a cartografia da cidade, onde o trânsito entre bairros deixa de ser um direito do cidadão para se tornar uma concessão precária do "poder paralelo", sujeita a triagens violentas e autorizações prévias que fragmentam a unidade do território estatal.

Consequentemente, a categoria "lógica bélica" é ressignificada na análise discursiva: ela deixa de ser interpretada apenas como um momento de confronto armado contra o Estado ou rivais, para ser compreendida como um instrumento contínuo de demarcação territorial e regulação social. A violência não é o evento, mas a norma que organiza a vida, uma vez que, conforme destacam Sales *et al.* (2025, p. 5562), "a lógica bélica é uma marca distintiva do CV, refletida em fronteiras territoriais que condicionam o cotidiano das comunidades sob seu domínio".

9

A materialidade dessa lógica bélica é aprofundada analiticamente por Albuquerque *et al.* (2025), que demonstram como o controle dessas fronteiras exige rituais de violência extrema. Para esses autores, o desmembramento de corpos em Manaus não é interpretado como um ato de barbárie aleatória ou passional, mas como uma peça-chave racionalizada na engrenagem dessa governança criminal. A análise discursiva aponta que a mutilação opera em uma dupla dimensão estratégica: a instrumental, voltada para a ocultação de provas e obstrução da justiça forense; e a simbólica, destinada à comunicação política de terror. Nesse sentido, o corpo fragmentado deixa de ser apenas um cadáver para se tornar uma mensagem de soberania da facção sobre o território, onde o poder de decidir como alguém morre e como seu corpo é exposto (ou ocultado) reafirma o domínio absoluto do grupo:

Conclui-se que o desmembramento em Manaus-AM transcende a mera ocultação, configurando-se como uma tática sofisticada de governança criminal para intimidar rivais e consolidar a autoridade da facção em seus microterritórios. (Albuquerque *et al.*, 2025, p. 1).

Dessa forma, a literatura científica converge para a ideia de que a "franquia" do CV utiliza o terror como método de gestão e controle de qualidade de sua marca. Albuquerque *et al.*

(2025) reforçam que essa "violência comunicativa" é essencial para a manutenção das fronteiras estabelecidas pelo modelo de negócios da facção, funcionando como um aviso contínuo contra dissidências ou invasões rivais. A crueldade, portanto, é narrada pelos autores como um recurso administrativo para garantir a obediência e o silêncio nos domínios da organização, transformando bairros inteiros em zonas de exceção onde a lei estatal é suplantada pela lei da força:

Ela configura um padrão de marcação territorial e demonstração de poder, um mecanismo de governança criminosa que busca intimidar e controlar a população e os grupos rivais, solidificando a autoridade das facções nos "microterritórios" que elas dominam. (Albuquerque *et al.*, 2025, p. 10).

Essa governança letal dos "microterritórios", contudo, não é um fim em si mesma; ela serve, na narrativa científica, como sustentáculo indispensável para uma operação de escala transnacional. A literatura indica que o domínio físico da "esquina" e do bairro — garantido pela violência descrita por Albuquerque *et al.* — é a condição indispensável para a fluidez das grandes rotas logísticas. É nessa intersecção dialética entre o controle local do medo e a circulação global de mercadorias que a análise se expande para a macrogeografia.

Complementarmente, a narrativa de Couto (2023) sobre as "cidades-nós" reforça essa visão reticular e integrada. No âmbito do Amazonas, cidades estratégicas como Manaus e Tabatinga são descritas como possuidoras de uma função conectiva vital, pontos nevrálgicos onde o local e o global se entrelaçam indissociavelmente. A análise desse discurso geográfico revela como o crime organizado é interpretado como um autêntico agente de ordenamento territorial, que compete com o próprio Estado na gestão dos fluxos econômicos e da vida cotidiana nessas localidades, reconfigurando a soberania nacional na prática.

4. OS SENTIDOS DA VIOLÊNCIA E A VULNERABILIDADE NO DISCURSO CIENTÍFICO

A hegemonia do Comando Vermelho e seu modelo de governança produzem impactos sociais devastadores, que são interpretados pela literatura científica através de categorias analíticas densas. A violência letal, nesse contexto, é ressignificada pelos pesquisadores: ela deixa de ser narrada apenas como um evento esporádico de insegurança pública para ser compreendida como um instrumento sistemático e deliberado de poder. Leitão *et al.* (2025) apresentam dados que transcendem a frieza estatística, revelando a natureza essencialmente "política" dos homicídios em Manaus. Ao qualificarem as mortes, os autores demonstram que a letalidade não é acidental, mas obedece a uma lógica de extermínio, constatando que "80% dos

homicídios ocorridos em Manaus no ano de 2023 possuem características de execução" (Leitão *et al.*, 2025, p. 1646).

O termo "execução", recorrente no discurso dos autores, carrega o peso semântico de uma sentença judicial proferida por um tribunal paralelo. Essa escolha lexical não é aleatória; ela indica que as facções detêm, na prática, o monopólio da força e do julgamento em seus territórios, usurpando a competência punitiva do Estado. Leitão *et al.* (2025) conectam diretamente essa letalidade à disputa territorial, mapeando a violência não de forma difusa, mas concentrada nas zonas de "fronteira" entre facções. A vida dos moradores, nesse discurso geográfico, é retratada como moeda de troca em um tabuleiro de guerra urbana:

[...] o bairro Jorge Teixeira possui elevada taxa de homicídios e que esses crimes estão diretamente relacionados aos confrontos entre facções criminosas e que os crimes se concentram nas regiões vistas como fronteiras entre áreas de tráfico de drogas. (Leitão *et al.*, 2025, p. 1641).

Na narrativa científica, a gênese dessa concentração geográfica reside na disputa pela hegemonia do microtráfico. A literatura identifica a instabilidade urbana como consequência direta da impossibilidade de coexistência pacífica entre organizações rivais que tensionam o espaço urbano de Manaus. O discurso acadêmico aponta a violência como a linguagem imperativa dessa competição, convertendo bairros inteiros em territórios de guerra contínua, uma vez que, segundo Leitão *et al.* (2025, p. 1642), "a razão para esse elevado índice de violência está nas disputas territoriais entre as facções criminosas Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC)".

Essa "linguagem política" da violência corrobora a análise que diferencia o *modus operandi* das facções. Enquanto o modelo paulista busca a invisibilidade para favorecer os negócios, o modelo do CV, hegemônico no Amazonas, aposta na visibilidade do terror como tática de dominação. Contudo, o impacto social dessa hegemonia vai muito além das mortes violentas. A análise do discurso de Corrêa Júnior *et al.* (2025) introduz a categoria inovadora de "ecossistema de ilegalidades". Essa construção teórica é potente, pois amplia o escopo da atuação criminal para além do narcotráfico, revelando como a facção diversificou seu portfólio para crimes ambientais e fundiários, criando uma simbiose perversa com o território:

A atuação desses grupos criminosos transcende o narcotráfico, entrelaçando-se com uma rede de atividades ilícitas, incluindo a exploração predatória de recursos naturais, a grilagem de terras e o garimpo ilegal, fato que potencializa a violência e a vulnerabilidade de diversas comunidades. (Corrêa Júnior *et al.*, 2025, p. 1).

Essa diversificação criminal não apenas aumenta os lucros da organização, mas altera profundamente a dinâmica de poder local. Ao controlar os recursos naturais e a terra, a facção

passa a exercer uma soberania de fato sobre regiões inteiras, submetendo a população a uma ordem imposta pela força. Corrêa Júnior *et al.* (2025) descrevem esse fenômeno como uma reconfiguração espacial, onde o Estado perde a capacidade de regular o uso do solo e as relações sociais, cedendo lugar a uma "governança criminal" predatória:

Essa confluência de atividades ilícitas cria uma nova e violenta geografia da criminalidade, na qual o controle territorial se torna um instrumento para a dominação econômica e social, constituindo a violência o mecanismo de imposição da governança criminal sobre o território e suas populações. (Corrêa Júnior *et al.*, 2025, p. 10).

O discurso dos autores conecta intrinsecamente a degradação ambiental à degradação social, construindo uma narrativa onde o crime organizado atua como um "vetor de vulnerabilidade multidimensional". Nesse cenário, indígenas, ribeirinhos e moradores de periferia são duplamente vitimados: pela expropriação de seus recursos e territórios e pela violência armada. Aguiar (2025) destaca como essa dinâmica afeta especificamente os povos indígenas em contexto urbano, criando zonas de silenciamento e conflito. Corrêa Júnior *et al.* (2025) são enfáticos ao descreverem o sofrimento dessas populações, citando desde a exploração sexual até a escravização, que evidencia a desumanização completa desses sujeitos perante a lógica do lucro criminal:

Busca-se, especificamente avaliar como a atuação dessas organizações afeta populações indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores e moradores de periferias urbanas, e descrever as formas de violência e exploração sofridas por esses grupos, incluindo conflitos armados, exploração sexual, aliciamento, escravização e expropriação de terras. (Corrêa Júnior *et al.*, 2025, p. 3).

Por fim, a análise deve dialogar com o princípio do mínimo existencial ecológico, discutido por Farias, Silva e Aguiar (2020). Embora o texto original destes autores trate de resíduos sólidos, seu arcabouço teórico sobre dignidade humana e meio ambiente é perfeitamente aplicável ao contexto de dominação por facções. A presença opressora dos grupos criminosos retira das comunidades amazônidas o direito a uma "existência digna" e a um "meio ambiente equilibrado", violando direitos fundamentais básicos que são pré-requisitos para a própria condição humana: "Desta forma, o ser humano só gozará de vida digna quando tiver respeitados seus direitos mais elementares." (Farias; Silva; Aguiar, 2020, p. 172).

A análise do discurso jurídico-sociológico revela, assim, uma crítica contundente à omissão estatal. A vulnerabilidade dessas populações não é um dado natural, mas uma produção política decorrente da ausência do Estado, que deixa vácuos de poder prontamente ocupados pela "governança" armada das facções. O apelo final da literatura é pelo retorno da institucionalidade, não apenas como força repressora, mas como garantidora de direitos:

É imperativo que o Estado se faça presente não apenas com a força policial, mas com a provisão de serviços, cidadania e oportunidades, a fim de proteger tanto a floresta quanto os povos que nela habitam. (Corrêa Júnior *et al.*, 2025, p. 11).

Conclui-se, portanto, que a literatura científica contemporânea constrói a presença do Estado como a única antítese viável à barbárie imposta pelo "ecossistema de ilegalidades". A citação final de Corrêa Júnior *et al.* (2025) encerra o argumento demonstrando que a segurança pública na Amazônia não pode ser dissociada da garantia de cidadania; sem a "provisão de serviços" e "oportunidades", a soberania do Comando Vermelho continuará a se expandir sobre os corpos e territórios vulnerabilizados, perpetuando o ciclo de violência e exploração denunciado pelos autores analisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso investigativo trilhado neste artigo permitiu analisar, sob a ótica da produção científica contemporânea e da Análise de Discurso, o complexo processo de consolidação da hegemonia do Comando Vermelho no estado do Amazonas. Ao longo do estudo, a leitura crítica das obras selecionadas demonstrou que a atuação dessa facção na região transcende as categorias tradicionais da criminalidade comum. O discurso acadêmico analisado reconfigura o entendimento do fenômeno, deixando de tratá-lo apenas como banditismo para conceituá-lo como uma sofisticada "governança criminal". Essa construção teórica revela um poder paralelo que não apenas afronta a soberania estatal, mas reordena as dinâmicas sociais, econômicas e territoriais na Amazônia, estabelecendo uma nova ordem normativa baseada na força.

13

Retomando os objetivos específicos, a pesquisa evidenciou que a trajetória do CV para o Norte não foi narrada pelos autores como um movimento aleatório ou de mera oportunidade, mas como uma resposta geopolítica calculada a pressões transnacionais. A análise comparativa dos textos de Rosa (2024) e Souza *et al.* (2025) confirmou a centralidade narrativa da execução de Jorge Rafaat em 2016. A discursividade acadêmica constrói esse evento como um "marco de ruptura": o bloqueio da fronteira paraguaia pelo PCC funcionou como o catalisador histórico que compeliu o CV a disputar, via "política de guerra", a Rota do Solimões. Assim, na literatura especializada, a Amazônia deixa de ser figurada como periferia logística passiva para se tornar o centro de gravidade indispensável para a sobrevivência econômica da facção no cenário nacional.

Quanto às estratégias de gestão, a análise da obra de Sales *et al.* (2025) validou a existência de um modelo organizacional robusto, descrito metaforicamente, porém com precisão analítica,

como "franquias do crime". A hermenêutica desse conceito permitiu verificar que a "governança em rede" é o mecanismo vital que permite à facção fluminense superar as barreiras geográficas da floresta. O discurso científico refuta veementemente a ideia de caos ou amadorismo, apontando para uma estrutura hierarquizada que impõe regras, taxas e fronteiras rígidas. Ao mimetizar a eficiência de corporações legais, o CV cooptou os criminosos locais detentores do saber logístico dos rios, transformando a geografia amazônica, antes um obstáculo, em um ativo estratégico de proteção e fluxo.

No que tange aos impactos sociais, a hermenêutica dos textos de Leitão *et al.* (2025), Corrêa Júnior *et al.* (2025) e Albuquerque *et al.* (2025) revelou um cenário de violação sistemática e multidimensional de direitos fundamentais. A violência letal foi identificada na literatura não apenas como barbárie, mas como uma linguagem política de dominação. Nesse sentido, a contribuição de Albuquerque *et al.* (2025) foi decisiva ao qualificar o desmembramento não como ato passional, mas como uma tática de "governança criminal" nos microterritórios. O corpo mutilado, na análise dos autores, atua como vetor de "violência comunicativa" para intimidar rivais e silenciar a comunidade, transcendendo a função de ocultação de provas. Além disso, a confirmação do conceito de "ecossistema de ilegalidades", que une simbioticamente o narcotráfico aos crimes ambientais, demonstrou que a facção atua como um vetor de vulnerabilidade que corrói o "mínimo existencial ecológico". Indígenas e ribeirinhos, nesse discurso, deixam de ser espectadores para se tornarem as vítimas preferenciais de uma expropriação violenta de seus territórios e modos de vida.

14

Portanto, a hipótese inicial foi integralmente validada pela análise bibliográfica. O Comando Vermelho consolidou-se no Amazonas através de uma estratégia híbrida singular, que combina a racionalidade empresarial das franquias (para garantir a expansão econômica e a capilaridade) com táticas de guerrilha urbana e rural (para assegurar o controle territorial absoluto). Essa dualidade é o que confere à organização sua resiliência e capacidade de adaptação frente às investidas estatais.

Diante do exposto, conclui-se que o enfrentamento a esse fenômeno exige uma mudança radical de paradigma nas políticas de segurança pública. A literatura analisada sugere, de forma crítica, que a resposta estatal puramente repressiva e o encarceramento em massa têm servido, paradoxalmente, como combustível para o recrutamento da facção, alimentando a própria engrenagem que se busca combater. Recomenda-se, alinhando-se às conclusões dos autores, que futuras estratégias do Estado integrem inteligência financeira para desarticular a rede de

negócios e, fundamentalmente, promovam a ocupação social dos "vazios" deixados pelo Poder Público. Somente restaurando a cidadania e a presença institucional nas áreas hoje governadas pelo crime será possível desmontar o ecossistema de ilegalidades que se enraizou na Amazônia.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Denison Melo de. Mediação em conflito fundiário urbano envolvendo povos indígenas na Amazônia: estudo de caso no Parque das Tribos, Manaus – Amazonas. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Expert, 2025. Disponível em: <https://experteditora.com.br/mediacao-em-conflito-fundiario-urbano/>. Acesso em: 29 jan. 2026.

ALBUQUERQUE, Fabíola Rodrigues de et al. O desmembramento de corpos na cidade de Manaus-AM (2024): uma estratégia de obstrução da justiça ou de controle territorial? *Interference Journal*, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 6631-6646, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p6631-6646>. Acesso em: 29 jan. 2026

CORRÊA JÚNIOR, José Francisco Bonates et al. O crime organizado como vetor de vulnerabilidade: análise da dinâmica criminosa no Amazonas. *Interference Journal*, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 5554-5576, 2025. Disponível em: <https://interferencejournal.emnuvens.com.br/revista>. Acesso em: 29 jan. 2026.

COUTO, Aiala Colares. Geografia das redes do narcotráfico na Amazônia. *Revista GeoAmazônia*, Belém, v. 11, n. 22, p. 46-67, 2023. Disponível em: <http://www.geoamazonia.net/index.php/revista/article/view/13828>. Acesso em: 29 jan. 2026.

EL PAÍS. A morte do "Rei da Fronteira": execução cinematográfica de Jorge Rifaat abala a segurança na fronteira. *El País*, Madri, 16 jun. 2016. Internacional. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/16/internacional/1466088893_219782.html. Acesso em: 29 jan. 2026.

FARIAS, Guilherme da Silva; SILVA, Ygor Felipe Távora da; AGUIAR, Denison Melo de. Violação do princípio do mínimo existencial ecológico na inexistência de plano nacional de resíduos sólidos. *Revista do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania – IDCC*, Londrina, v. 5, n. 1, p. 169-186, jan./jul. 2020. Disponível em: <https://revistadoidcc.com.br/index.php/revista/article/view/72>. Acesso em: 29 jan. 2026.

LEITÃO, Renato Gomes de Sá et al. Análise dos homicídios em Manaus, Amazonas, em 2023: desafios e perspectivas para a segurança pública. *Interference Journal*, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 1632-1648, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p1632-1648>. Acesso em: 29 jan. 2026.

ROSA, João Maciel. A Rota do Solimões: o narcotráfico na Amazônia. [S.l.]: Amazon, 2024. E-book.

SALES, Paulo Victor Andrade et al. Franquias do crime: a lógica empresarial por trás da governança do Primeiro Comando da Capital e Comando Vermelho. *Interference Journal*, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 5554-5576, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p5554-5576>. Acesso em: 29 jan. 2026.

SOUZA, Vando Alves de et al. Organizações criminosas: a dinâmica da taxa de homicídios na perspectiva do Amazonas. *Revista Geopolítica Transfronteiriça*, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 01-15, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufrr.br/geopolitica>. Acesso em: 29 jan. 2026.